

Aprovação da PEC abala relação do governo com STF

Poderes

Voto de líder a favor de PEC abala relação do Supremo com o governo

Jaques Wagner diz que foi cobrado por ministros do STF e pediu desculpas, alegando que não quis afrontar a Corte; Planalto tratou posicionamento do senador como 'pessoal'

ELIANE CANTANHÊDE VERA ROSA BRASÍLIA

A aprovação no Senado da PEC que limita os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF) abalou a relação da Corte com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Reservadamente, ministros se queixaram do voto do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), a favor da proposta de emenda constitucional. Wagner disse que foi procurado por magistrados do STF e chegou a pedir desculpas, alegando que não votou com o objetivo de afrontar o tribunal.

Em dois turnos, os senadores aprovaram, anteontem, por 52 votos a favor e 18 contra, a PEC que impede ministros do Supremo de suspender, por meio de decisões individuais (monocríticas), a vigência de leis aprovadas pelo Congresso. A medida também vale para leis analisadas pelos tribunais estaduais. Após a tramitação no Senado, a proposta será analisada agora pela Câmara dos Deputados.

Sob a condição de anonimato, magistrados da Corte consideraram que o endosso de Wagner à proposta é uma "tração rasteira" depois da resistência feita pelo Supremo ao que definiram como "golpe bolsionarista".

O grau de insatisfação dos ministros com o caso pode ser medido na sessão de ontem do STF. Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, o decano Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes reiteraram as críticas às propostas no Congresso para alterar as regras de funcionamento do Supremo.

Para Barroso, as mudanças "não são necessárias e não contribuem para a institucionalidade do País". O tom de Gilmar foi acido. Disse que o tribunal não "admitir intimidações". "Es-



Jaques Wagner, líder do governo no Senado, foi alvo de críticas de petistas pelo voto a favor da PEC

sa casa não é composta por covardes. Essa casa não é composta por medrosos." Na mesma linha, Moraes afirmou que qualquer iniciativa que avance sobre a Independência ao Poder Judiciário é inconstitucional. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), rebateu e disse que a Casa "tem a mesma coragem cívica (nas informações na pág. A10)".

Apesar do voto simbólico de seu líder no Senado, o governo Lula tentou se distanciar do caso, tratando-o como "pessoal" e posicionamento de Wagner. "O líder do governo deixou claro durante a votação que a orientação era liberar a bancada. Foi um voto pessoal", contemporizou o ministro da Casa Civil, Rui Costa à GloboNews.

"Estritamente pessoal" foi como o próprio senador classificou seu voto após a repercussão negativa no Supremo. Wagner foi o único petista do Senado a ir contra o próprio partido, que orientou pelo voto "não". A PEC teve três votos a mais do que os 49 que são necessários para sua aprovação.

Segundo ministros ouvidos pela reportagem, Wagner teria apelado para um "truque barato" para conseguir a votação necessária sem precisar comprometer a bancada do PT que votou em peso contra a PEC. Em vez de contar com os senadores petistas, Wagner — que é da Bahia e já chegou a governar o Estado — teria dado os votos dos senadores da bancada baiana: Otto Alencar e Ângelo Coronel, que são do PSD,

Para entender Base e oposição na votação da PEC

PT Jaques Wagner foi o único petista a votar a favor da PEC 08/2021. Os outros sete senadores seguiram a orientação do PT e manifestaram-se contra a proposta.

Base No PSD do vice-presidente Geraldo Alckmin, os senadores Flávio Arns e Cláudio Rodrigues foram favoráveis à proposta. Jorge Kajuru foi contra. Já no MDB, que também é da base do governo, foram

favoráveis os senadores Alessandro Vieira, Fernando Duarte, Jordano e Ivete da Silveira. Forum contra Confúcio Moura, Marcelo Castro e Fernando Farias. PSD e PDT, que têm ministérios no governo do presidente Lula, também apresentaram votações divididas. Nos casos do União Brasil e do PP, que também estão representados na Esplanada, todos os senadores foram favoráveis.

PL Já no PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, 11 senadores votaram pela proposta, enquanto um deles — o senador Romário — foi contra.

postos de Pacheco (PSD-MG), para que as Casas Legislativas de onde saírem as medidas eventualmente questionadas no STF sejam procuradas para se manifestar antes de os ministros tomarem a decisão de suspendê-las ou não. Atualmente as manifestações da Câmara e do Senado não são obrigatórias.

Amin retirou do relatório o estabelecimento de um prazo de validade de 180 dias para os pedidos de vista (suspensão de julgamento para mais prazo para análise). A mudança também foi fruto de conversa de Pacheco com o ministro Alexandre de Moraes, do STF, na terça-feira.

'ERRO'. O PT procurou marcar posição contra a PEC e direcionou críticas ao voto de Wagner. "Chanceler essa manobra oportunista do Pacheco e Alckmin que querem fazer média com bolsionaristas é um erro", escreveu em uma postagem no X (antigo Twitter) o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), vice-líder do governo no Congresso.

A presidente nacional do partido, Gleisi Hoffmann, também chamou de erro o posicionamento de Wagner. "Considere o voto do Jaques um erro, e vamos tentar agora na Câmara fazer articulações para não deixar essa PEC prosperar."

Para o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), "o que está em jogo com a aprovação da PEC é vai muito além do mérito da proposta". "Trata-se de uma reação ao papel do Supremo, que garantiu a normalidade democrática diante da iminência de ruptura institucional", escreveu nas redes o senador, que evitou críticas diretas ao líder governista na Casa.

"Lula não poderia ter escolhido quadro melhor para ser seu líder aqui no Senado. O senador Wagner é um exitoso governador da Bahia e uma liderança que tem contato com todas as demais lideranças do Senado, diálogo aberto com todas as lideranças e expressivo, nesse tema, uma posição pessoal, da qual discordo", afirmou Randolfe depois, em entrevista à CNN Brasil. ■ COLABORARAM MARIANA ASSIS E CAIO SPEDIDTO

DECISÃO DO SENADO ABRE CONFRONTO VERBAL ENTRE MINISTROS E PACHECO, PÁG. A10

Majoria

52 votos foram dados no Senado a favor da PEC que restringe poderes do Supremo, três a mais do que os 49 que são necessários para sua aprovação

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 8